

OS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS E A CRIAÇÃO DO ANDES - SN

Alaíde Rita Donatoni¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de contextualizar a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, até sua transformação em Sindicato Nacional. Resgata a importância do fortalecimento das associações docentes, já organizadas e espalhadas pelas universidades brasileiras e descreve o caminho percorrido pelo movimento docente, apontando suas principais reivindicações, encaminhamentos e lutas, mostrando que o ANDES surgiu pela necessidade que tinham os professores de um sindicato que os representasse nacionalmente.

Palavras-chave: Associações Docentes, Encontros Nacionais de ADs, Criação da ANDES

ABSTRACT

The goal of this paper is to argument the National Society of University Professors (ANDES) rising, and its changing to a National Union labor. It shows the relevance of the professors societies consolidation, already dispersed at brazilian universities, and describes the trail trashed by the professors union, pointing their main claims and contends, and showing how necessary was for the professors a union labor which may represent them.

¹ Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

Key-words: Professors Association, National Professors Association Meetings, ANDES creation

Este artigo tem o objetivo de contextualizar a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES - mais tarde, Sindicato Nacional, apresentando os primeiros encontros que antecederam sua criação e considerando sua importância e contribuição não só na organização nacional dos docentes, mas também na condução das lutas pelas conquistas sociais do movimento. Dessa forma, várias lideranças de professores, espalhadas pelas universidades brasileiras, que há muito buscavam organizar sua categoria, realizaram os primeiros encontros de professores com o objetivo de criarem as Associações Docentes do Ensino Superior - ADs - por universidades. Essas ADs seriam os espaços de discussão, de análises e avaliação e de busca de alternativas para os problemas advindos da universidade, a exemplo dos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, da carreira do magistério, dos salários e condições de trabalho para os professores e da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, questões que até hoje passam o movimento docente.

Quando boa parte dessas ADs se organiza nas universidades brasileiras, públicas e particulares, em especial na década de 1970, inicia-se, para o movimento docente, uma nova fase de estruturação sindical. Neste contexto, vários encontros são promovidos pelas lideranças sindicais universitárias, cujo objetivo era fortalecer as ADs e, conseqüentemente, o movimento docente. Por outro lado, essa reestruturação sindical traz novas exigências para esses professores e, dentre elas, a criação de uma associação que os representasse nacionalmente. Para isso, realizam um primeiro encontro nacional que tem, como finalidade, uma articulação maior do movimento docente para a construção de encaminhamentos de lutas unificadas, tendo em vista as reivindicações da categoria docente e da própria universidade como um todo. Na realidade essas discussões já vinham ocorrendo há algum tempo, informalmente, pois, como explicita o professor da Associação Docente da Universidade Federal do Ceará, ADUFC, Agamenon de Almeida, *“essas discussões também*

*acontecem em plena reunião da SBPC, em 1978, na Universidade de São Paulo, quando já pensávamos em criar um sindicato nacional e já que, a partir de 1976, as ADs são criadas em seções para-sindicais”.*¹

A necessidade de um primeiro encontro nacional das ADs é reafirmada pelo professor Carlos Eduardo Malhado Baldijão, um dos fundadores da ANDES, quando esclarece que, “em julho, convocados por um cartaz colocado pela ADUSP, na secretaria da 30ª reunião da SBPC, dezessete ADs de vários Estados reuniram-se pela primeira vez.”² Esse encontro das 17 ADs evidenciava o objetivo que tinham os seus organizadores de discutirem a possibilidade de criação de uma entidade nacional, fato este de suma importância para a mobilização dos professores nas ADs e, conseqüentemente, da discussão de suas principais reivindicações.

Márcio Antonio de Oliveira, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, que presidiu a ANDES-SN no período de 1992 a 1994, nos informa sobre os inúmeros encontros das ADs.

Havia algumas Associações docentes esparsas. Somente a partir de 1978 o movimento proliferou, fazendo crescer os ENADs - Encontros Nacionais de Associações de Docentes do Ensino Superior, culminando com a criação da ANDES (1981), até a sua transformação em Sindicato Nacional. (entrevista na sede do Sindicato Nacional, BSB, 1996)

O Quadro I, abaixo, apresenta os primeiros encontros nacionais das Associações Docentes do Ensino Superior, explicitados pelo professor Oliveira.

¹ Entrevista na sede do Sindicato ANDES, Brasília, 1996.

² Revista ANDES nº 1, 1988, p. 7.

QUADRO I – 1ºs ENCONTROS NACIONAIS DAS ADs

EVENTO	DATA	LOCAL
I ENAD – Encontro Nacional das ADs	15 a 18/02/79	São Paulo/SP
Reunião Extraordinária das ADs	06 a 09/09/79	Salvador/BA
II ENAD – Encontro Nacional das ADs	25 a 29/02/80	João Pessoa/PB
ENEXxAD – Encontro Extraordinário das ADs	05 a 07/07/80	Rio de Janeiro/RJ
III ENAD – Encontro Nacional das ADs	18 a 20/02/81	Campinas/SP

Fonte: ANDES SN - 1994

Esses encontros eram importantes, porque aglutinavam e fortaleciam as ADs existentes, pois, no final da década de 70, quando o regime militar ainda usava métodos repressivos contra algumas universidades públicas e seus professores, atingindo de certa forma todas elas, ficava evidenciada a necessidade de um sindicato que representasse nacionalmente o movimento docente, cujas bases já se articulavam nas associações docentes, existentes. Tudo isso ocorria ao lado das grandes greves dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista, a partir de 1978, pois, com a abertura política proposta no governo Figueiredo, surgem novas lideranças sindicais que se articulam dentro e fora das fábricas. É o movimento operário reiniciando suas atividades, tendo como referência o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais - CNTI - que ocorreu no Rio de Janeiro em julho de 1978. A greve branca dos trabalhadores da multinacional do setor automobilista de São Bernardo/SP - Scania - do dia 12 de maio de 1978, quando milhares de trabalhadores cruzam os braços dentro das fábricas, foi a grande referência para as outras greves que ocorrem até os anos 80 e

extrapolam os setores metalúrgicos e a Grande São Paulo. (MANFREDI, 1986, p. 114)

Por outro lado, apesar das grandes greves do ABC paulista, o movimento operário brasileiro, embora combativo e resistente, encontrava algumas dificuldades em se organizar, devidamente. A esse respeito, a citação de Boito (1991, p.18,19,21), compara o movimento operário brasileiro ao movimento operário dos países mais desenvolvidos ou com o movimento operário de alguns países da própria periferia do sistema capitalista internacional.

De fato, o movimento operário brasileiro, pelo menos no período aberto pela Revolução de 1930 e que se estende até a atualidade, apresenta a particularidade de uma debilidade organizativa crônica, que se manifesta na inexistência de organizações sindicais e partidárias, ao mesmo tempo massivas e estáveis, quadro que não chegou a ser superado por fenômenos como a formação e o crescimento da ANL, em meados da década de 30, o crescimento excepcional do PCB nos anos de 1945 - 1947 ou a criação do Partido dos Trabalhadores na atualidade...

Essa debilidade organizativa não pode ser atribuída à existência de uma classe operária satisfeita ou passiva. Ao contrário, tal debilidade coexiste com permanentes e massivas manifestações de insatisfação e de inconformismo no meio operário e popular. Tomando a luta grevista como um índice da atividade reivindicativa, veremos que o Brasil encontra-se entre os países que apresentam as maiores incidências de greve em todo o mundo. (...).O estudo do sindicalismo de Estado - seu aparelho, sua ideologia e suas modalidades de ação - pode fornecer elementos fundamentais para se compreender porque os trabalhadores brasileiros, tão ativos no plano da luta reivindicativa, padecem, numa situação aparentemente paradoxal, de uma crônica debilidade no âmbito da organização sindical e partidária.

O sindicalismo brasileiro, portanto, embora tenha sido combativo e tenha conseguido atingir um alto índice de mobilização da classe operária, apresentava debilidades quanto à forma de se auto-organizar.

Passadas algumas décadas constatamos que, também nos dias de hoje, há uma grande dificuldade dos sindicatos brasileiros e aí está incluso o ANDESSN, em mobilizar suas categorias para algumas reivindicações específicas, a exemplo de melhores condições de trabalho, carreira docente, verbas para as universidades públicas, no caso do sindicato dos docentes. A mobilização ocorre e com muitas dificuldades, por questões salariais. Evidentemente que todas as greves são políticas, mesmo aquelas que defendem o salário, no entanto, as condições postas hoje na sociedade, pelo neoliberalismo, acabam por fragilizar ainda mais os sindicatos. A elaboração de um novo discurso em que os conceitos de globalização e modernização são colocados à prova na sociedade brasileira, enquanto formas de convencer a população de que o país está mudando para melhor, significa a reestruturação do capitalismo em direção ao autoritarismo civil, uma das formas mais tradicionais de condução estatal, em que a elite governamental aliada ao Fundo Monetário Internacional – FMI e ao Banco Mundial, elaboram políticas cujos efeitos atingem, sobremaneira, os sindicatos, em especial os dos funcionários públicos. Portanto, nos dias de hoje, a fragilidade dos sindicatos acaba por atingir não apenas a sua organização, mas, também, a mobilização de sua categoria.

No que se refere a algumas greves, na década de 60, Manfredi (1986, p. 36-37), aponta a ascensão e características das mesmas, explicitando a sua progressiva ampliação que iam desde as conquistas econômicas até aquelas de âmbito mais gerais que visavam juntar forças em favor da democratização do país. Convém ressaltar que esses fatos foram fundamentais no momento da criação das primeiras ADs.

A escalada do movimento grevista ascende durante todo o período do Governo Goulart, havendo uma progressiva ampliação do âmbito das greves, que chegam a abranger mais de uma categoria profissional, progredindo do âmbito estadual ao nacional. Ampliam-se também suas características. Além das greves pelas conquistas econômicas (reposição salarial, aumento do salário mínimo, 13º salário, férias), articulam-se também greves gerais e movimentos de solidariedade e de pressão pela continuidade do

processo democrático e em prol das chamadas “reformas de base”, sempre que tais medidas eram obstadas pelo Congresso Nacional. São exemplos desse tipo as greves e os movimentos deflagrados para pressionar a posse de Goulart em agosto de 1961, a greve de julho de 1962, contra a constituição de um gabinete ministerial antinacionalista e a greve em favor do plebiscito para reconduzir o país ao presidencialismo, em setembro de 1962 e os manifestos de resistência de todo o movimento sindical à ameaça de estudo de sítio em outubro de 1963.

Porém, a partir da década de 1970, as greves atingem muito além da grande São Paulo e intensificam-se sobremaneira.

Em São Paulo a primeira firma a parar foi a Toshiba, onde nasceu uma comissão de fábrica com dezoito pessoas; depois foi a vez da Philco, Siemens, Massy Ferguson e Caterpillar (entre outras), sendo que em todas houve formação de comissões de fábricas tiradas entre os operários da própria empresa.

Na campanha salarial de 1978 (em novembro), cerca de 250 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos voltam a silenciar as máquinas. (As greves se dão nos mesmos moldes daquelas desencadeadas no meio do ano, isto é, realizadas dentro das fábricas). Embora o movimento grevista tenha sido maior no Estado de São Paulo e entre os metalúrgicos, as greves atingem outras categorias (funcionários públicos, operários da construção civil, ceramistas e muitas outras) e transbordam os limites do Estado de São Paulo. (MANFREDI, 1986, p. 116)

Sader e Sandroni (1981), esclarecem “que em 1979, aconteceram 430 greves em vários ramos da atividade econômica, sendo que 43% delas foram desencadeadas no setor industrial, abrangendo 4.241 grevistas”.³

Ao lado dessas grandes greves aconteciam, também, as lutas para a reintegração dos professores, estudantes e cientistas expulsos de algumas universidades e do país e contra os atos arbitrários que

³ Pesquisa DIEESE, p. 24-26.

se faziam nas mesmas. Ao mesmo tempo, em 1980, ocorriam invasões no Centro de Professores do Rio de Janeiro, na PUC/SP, no CEP-RIO, na sede da União Nacional dos Estudantes -UNE- intervenções autoritárias na escolha dos novos reitores, nos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, entre outros.⁴ Alguns desses acontecimentos eram, pela primeira vez, denunciados pela Associação dos Docentes da USP - ADUSP - demonstrando, dessa forma, a importância do trabalho de algumas Associações. Havia também, por parte de alguns professores de ADs, a preocupação em denunciar essas ocorrências no Boletim Nacional das Associações de Docentes, numa tentativa de se unificar as lutas por eles enfrentadas. No entanto, ao mesmo tempo em que ocorriam essas mobilizações em algumas universidades é sabido que, em outras, as mesmas não passavam dos limites do seu próprio contexto. Esses acontecimentos evidenciam que, a partir de 1978, o movimento docente do ensino superior começa a caminhar com firmeza e determinação, rumo à criação de sua Associação Nacional.

Assim, o momento histórico vivido pelos brasileiros com a crise econômica implantada e os mecanismos propostos pelos trabalhadores para a sua superação exigiam, de cada categoria de trabalhadores, uma organização nacional que, além de os representar, lhes desse respaldo nas suas reivindicações e nas lutas mais gerais, na tentativa de mudar o quadro social implantado no Brasil, pelos militares.

Segundo algumas lideranças do movimento docente da época e várias análises realizadas por cientistas sociais e sindicalistas, era necessário, portanto, apontar para um sindicalismo com perspectivas novas, livre e autônomo que, mesmo sob a vigência do AI-5, exigisse um processo mais organizado de ações e lutas por parte do movimento operário, assim como por parte de outras categorias de trabalhadores e, dentre elas, a dos professores universitários.

As experiências do movimento operário, assim como toda força acumulada por ele, no período que se estende de 1964 até o final de

⁴ Boletim Nacional de ADs, 1980.

1970, expressam e apontam a grande disputa hegemônica entre o 'velho sindicalismo', dependente do Estado e o 'novo sindicalismo', considerado independente e que contribuiria para a democratização, a autonomia e a liberdade dos sindicatos. Dessa forma, segundo esses estudos, o Estado deixaria de ser o guardião dos interesses dos trabalhadores.

Boito (1991, p.26), explicita que

Não é correto afirmar que o sindicato, no Brasil, é subordinado ao Estado, já que o aparelho sindical é parte do Estado. O que se deve dizer é que, enquanto ramo subalterno do aparelho de Estado, o sindicato oficial está subordinado à cúpula da burocracia estatal.

Assim, muitos trabalhadores eram contra essa estrutura sindical e lutavam em favor do 'novo sindicalismo'. No entanto, outros trabalhadores e alguns partidos políticos como o PCB, o PC do B e a própria CUT, dentre outros, expressavam a necessidade de serem favoráveis à unicidade sindical, à continuidade do sindicalismo existente, o que acaba por ser ratificado na Convenção 87 da OIT, (contexto de 1984 a 1987). Entendiam os defensores do 'velho sindicalismo' que, apesar da contribuição compulsória e da defesa da unicidade sindical, que implica num só sindicato por ramo de produção, base territorial, estado e país, a principal condição para um movimento forte, classista, era a unidade dos trabalhadores na luta contra a opressão capitalista. Assim, segundo os defensores desta corrente sindical, esta organização sindical respeitava as decisões da categoria e oportunizava a politização e a unidade dos trabalhadores por suas reivindicações. Já os defensores do 'novo sindicalismo' entendiam que o pluralismo sindical seria a melhor forma de organizar os trabalhadores por que, uma vez sem a tutela do Estado e dependendo da decisão da categoria, poderia haver mais que um sindicato por ramo de produção e na mesma base territorial. Haveria, também, maiores oportunidades e condições de discussão junto aos trabalhadores que teriam adesão voluntária sobre sua filiação ao sindicato.

O I ENAD

A partir destes acontecimentos e com a mobilização das ADS, em fevereiro de 1979, realiza-se, em São Paulo, o I Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários, chamado de I ENAD⁵, com a participação de 27 ADs, as quais discutiam, entre outros temas, a questão do ensino público e gratuito em todos os níveis, a democratização da Universidade, melhores salários e condições de trabalho e o não controle ideológico da Universidade. Esse I ENAD, assim como outros encontros que antecederam a criação da ANDES, foram organizados por uma Comissão formada por professores de várias universidades brasileiras. Outras ADs também levavam para esses encontros, outras questões a serem discutidas, a exemplo da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Maria - APUSM - que propõe, nesse Encontro, a representação dos professores universitários enquanto classe (categoria profissional) junto ao Governo Federal, a relação do movimento estudantil com o movimento dos professores universitários, a redefinição dos objetivos da educação nacional e do papel da universidade dentro da sociedade. (COELHO, 1996)

Neste mesmo ano de 1979, em setembro, ocorre em Salvador, uma Reunião Nacional Extraordinária das ADs que tem como objetivo a “unificação da luta salarial para 1980”. Estiveram presentes nesta reunião 31 Associações Docentes que reafirmam os temas gerais de luta que foram definidos no I ENAD e elaboram o resultado desse Encontro em um Boletim Nacional das Associações de Docentes.

Entre os meses de dezembro de 1979 e janeiro de 1980, os professores das Universidades de Juiz de Fora, Minas Gerais e Santa Catarina promovem um boicote ao vestibular daquelas universidades, com a finalidade de se conseguir uma correção salarial de 75%. No entanto, o governo lhes oferece apenas 56%, divididos em duas vezes, o que provoca grande insatisfação. A

⁵ Todos os dados aqui apresentados referenciam-se no Boletim Nacional das ADs, edição relativa à Reunião Extraordinária das ADs e em Coelho (1996).

imprensa divulga essa insatisfação, fazendo com que o governo conceda mais 12%, na forma de adicional, o que, no entanto, ocorre apenas para os militares, privilegiando, dessa forma, dentro do mesmo regime de reajuste salarial, uma única categoria.

Outras questões relativas à universidade também foram alvo de amplas discussões, naquele momento, a exemplo do Ante-Projeto do governo que visava transformar as Autarquias Especiais em Fundações; das resoluções sobre o Ante-Projeto de Reestruturação da Carreira do Magistério; das considerações sobre o Ante-Projeto de Escolha de Dirigentes Universitários; das propostas sobre as questões trabalhistas das Universidades Federais e Particulares.

Quanto às questões salariais, as reivindicações das ADs dirigiram-se no sentido de apoiar os movimentos sociais que lutavam por melhoria das condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais, solidarizar-se com os movimentos reivindicativos dos professores do ensino de 1º e 2º graus, hoje, Ensino Fundamental e Médio, por melhores salários e condições adequadas de trabalho e empreender uma vigorosa campanha nacional de reposição e melhoria salarial dos docentes universitários. Neste momento, é possível constatar a preocupação das ADs em unificar nacionalmente a luta dos docentes com as lutas mais gerais, encaminhadas por outras categorias de trabalhadores.

A Criação da Coordenação Nacional de Associações Docentes e o II ENAD

Diante da importância do I ENAD e das reuniões subsequentes a ele, decidiram os professores pela realização do II ENAD. Esse encontro ocorreria em João Pessoa, em fevereiro de 1980. Participaram desse encontro 38 ADs e cerca de 180 docentes. Para organizar esse II ENAD realiza-se em setembro de 1979 em Salvador, uma Reunião Extraordinária que elabora um temário que vai ao encontro das perspectivas da Universidade Brasileira (verbas, estrutura de poder e relações com a sociedade), questões salariais e trabalhistas (campanha salarial-1980), formas de organização nacional das ADs, formas de ação das ADs em relação à política

educacional. Essa Reunião Extraordinária é de fundamental importância porque é criada uma Coordenação Nacional de Associações de Docentes.⁶

Quanto às deliberações do II ENAD, duas grandes reivindicações dos docentes foram contempladas: a inclusão do magistério superior nos reajustes semestrais e um índice de 48% como forma de reajuste salarial, a partir de 1º de março de 1980. Além dessas reivindicações definiu-se para o dia 17 de abril, um “Dia Nacional de Luta pelo reajuste Salarial”, com um prazo de três meses para o governo se manifestar, assim como assembléias gerais para a 1ª semana de maio, no sentido de pressionar o governo a atender as reivindicações da categoria.

No momento em que as ADs se organizavam, uma necessidade se fazia premente. Era o fortalecimento da Coordenação Nacional já criada na Reunião Extraordinária, com uma contribuição financeira, mensal, advinda das ADs, para as despesas da Secretaria da Coordenação Nacional, além da atribuição e responsabilidades dessa Secretaria, das denúncias de várias demissões de professores por participação político-sindical e várias moções aprovadas.⁷

Em outubro de 1979, são promovidas reuniões em Brasília com a participação de dez ADs, em que realizam avaliações sobre o movimento dos docentes, assim como o balanço do dia 26 de setembro – Dia Nacional de Reivindicações. Os pontos de pauta discutidos, pela importância que antecede a criação da ANDES eram: a questão salarial, orçamento (verbas), liberação do contingente de expansão (colaboradores), reintegração automática dos docentes atingidos pelos atos de exceção e o ante-projeto – Pacote do MEC – que referia-se à reestruturação da carreira do magistério superior.

Os primeiros Boletins Nacionais das ADs (1979, 1980), nos informam sobre alguns encontros de professores que ocorrem em vários locais do país, no ano de 1979, a exemplo do I Encontro Paulista das Associações de Docentes Universitários em Piracicaba; Encontro de Recife e Natal; Encontro de Belo Horizonte; Reunião

⁶ Boletim Nacional das ADs, nº 5, setembro, Passos do Movimento, 1978-1980, p. 2

⁷ Boletim Nacional das ADs nº 3.

de Porto Alegre; Encontro do Rio de Janeiro. Todos esses Encontros Regionais foram resultado das discussões que ocorriam nas ADs, os quais repudiavam, a aprovação, por decurso de prazo, do Projeto de Lei nº 34/79, que dispunha sobre a escolha e nomeação dos dirigentes de Fundações mantidas pela União, ferindo sua autonomia, rejeitavam o 'Pacote do MEC', e propunham um regime jurídico que assegurasse ao docente estabilidade funcional e aposentadoria com salário integral, alteração das normas legais que disciplinam a escolha de dirigentes universitários e regulamentação do regime especial das autarquias de ensino superior, entre outros.

Observa-se assim que grande parte das ADs estavam mobilizadas e unificadas, lutando por seus direitos, fortalecidas, neste momento, pela Coordenação Nacional das Associações dos Docentes do Ensino Superior.

No mês de setembro de 1980, a Coordenação Nacional de Associações de Docentes, reunida em Brasília, após avaliar os encaminhamentos das ADs, propõe uma Semana Nacional de Luta e Mobilização com um mínimo de três dias de paralisação. Esta mobilização deveria ocorrer entre os dias 8 e 15 de setembro. Esses três dias de paralisação dariam continuidade ao movimento dos docentes do Ensino Superior, que exigia maiores recursos orçamentários para a universidade e um ensino de qualidade, questões que atingiam sobremaneira as universidades públicas autárquicas, particulares e as fundações. Antes mesmo dessa proposta de paralisação, nos dias 11, 12 e 13 de junho de 1980, as Universidades Federais Autárquicas de Alagoas, Goiás, Fluminense, Bahia, Juiz de Fora, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Santa Maria e a Escola Paulista de Medicina, já haviam paralisado as suas atividades, exigindo o atendimento das reivindicações dos professores. Essa paralisação é seguida pelas Universidades do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Paraíba. Portanto, constata-se que, no final da década de 70 e início da de 80, a trajetória do movimento dos docentes do ensino superior é de grande mobilização, em especial por universidades, em que, aos poucos, cada uma vai aderindo ao chamado da Coordenação Nacional das ADs. É evidente que a Coordenação Nacional incentivava e acompanhava essas manifestações e procurava

aglutiná-las num mesmo eixo de luta para unificar o movimento docente. No entanto, esse papel mobilizador, representado inicialmente pela Coordenação Nacional das ADs e hoje pelo ANDES SN, era bastante difícil, por estarem as ADs espalhadas pelo continente brasileiro, sem contar as características diferenciadas inerentes a cada uma e pela falta de um espaço físico definido para esses encontros. Mas, apesar dessas dificuldades e das investidas governamentais à autonomia das ADs, à carreira funcional e salarial dos professores, a Coordenação Nacional das Associações dos Docentes do Ensino Superior atuou com presença marcante junto às ADs, procurando mobilizá-las e respeitando sua autonomia.

O ENEAD, a preparação do Congresso Nacional de Docentes Universitários e o III ENAD

Em julho de 1980, durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC - os professores universitários decidem realizar um Encontro chamado de Encontro Extraordinário de Associações de Docentes - ENEAD - que aconteceu no Rio de Janeiro, com a participação de 49 Associações de Docentes de todo país demonstrando, assim, o crescimento das ADs por local de trabalho e a participação da categoria no movimento. Nesse Encontro, organizou-se a pauta de trabalhos da Coordenação Nacional das Associações dos Docentes, ao mesmo tempo em que o movimento docente continuava suas negociações com a Secretaria de Ensino Superior - SESU - o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP - e o Ministério de Educação e Cultura - MEC.

Esse ENEAD traz algumas resoluções já discutidas pelos professores, a saber: a reintegração de professores atingidos por atos de exceção, reiterando a posição do Encontro, de readmitir esses professores vítimas de cassações brancas de caráter administrativo; reivindicações dos docentes das IES, tais como progressão automática por titulação e tempo de serviço, incorporação automática dos Colaboradores e Auxiliares de Ensino à carreira do Magistério, reajuste semestral e aposentadoria integral; condenação da Lei 6.733 que atribui ao Presidente da República a competência

de nomear os dirigentes das Fundações Federais, sem qualquer participação ou consulta à comunidade universitária; criação de uma Comissão de professores e estudantes para organizar a luta contra essa lei, o que expressa a união da Coordenação Nacional com a União Nacional de Estudantes; reivindicações apresentadas pelos docentes das IES Particulares no sentido de desencadear uma campanha unificada e de âmbito nacional pela estabilidade no emprego e por um reajuste salarial compatível com o custo de vida. Essa campanha significava a luta por uma data-base unificada em 1º de abril, por um índice de produtividade de 15% acima do INPC e por um trabalho junto com o então Ensino de 1º e 2º graus em âmbito regional, com o objetivo de unificar as campanhas salariais dos professores. Discutiu-se também, amplamente, em uma reunião plenária, a questão da democratização das universidades, em que se extraiu, para isso, três encaminhamentos básicos enquanto condição inicial, a saber: ampla liberdade de organização e expressão das entidades representativas dos diversos segmentos da comunidade universitária e a manutenção de sua independência em relação à estrutura da instituição; realização, pelas ADs, de uma campanha nacional pela estabilidade no emprego dos diretores que presidem as ADs e pela estabilidade no emprego para todos os docentes; estudo e divulgação das experiências de democratização nas Universidades, para definição de pautas comuns de luta.

Além dessas questões, este Encontro Extraordinário de Associações Docentes discute também, a participação no I Congresso Nacional dos Profissionais da Educação a ser realizado em São Paulo, nos dias 14 a 17 de julho e elaboram a seguinte nota:

Considerando, que o movimento de professores assumiu dimensão nacional, tanto no 1º e 2º graus, quanto no 3º grau; que demos hoje um passo no sentido de construir nossa entidade nacional e definirmos lutas importantes para o 2º semestre; que o Congresso Nacional dos Profissionais da Educação discutirá também a criação de uma entidade nacional e o encaminhamento de lutas no 2º semestre, propomos aceitar o convite da Comissão Executiva Nacional e enviar à Coordenação Nacional para participar do Congresso, levando uma moção de Apoio para a abertura do

Congresso (14/07 em São Paulo) solidarizando-se com a realização do mesmo, levando o informe do Encontro Nacional Extraordinário de Associações de Docentes e as propostas de lutas que poderão ser encamiuhadas conjuntamente (reajuste semestral, unificação de datas bases, ensino público e gratuito, mais verbas para a educação)". (Boletim Nacional das AD's, nº 3.)

Fundamentalmente, esse Congresso significava, para os professores universitários, um espaço político para deliberar sobre a criação de uma entidade que os representasse nacionalmente pois que, segundo as lideranças universitárias, o II ENAD, em João Pessoa e o Encontro Extraordinário, no Rio de Janeiro, não eram os fóruns apropriados para tal decisão. Como fórmula consensual, deliberou-se pela convocação de um Congresso Nacional de Professores, que seria o local adequado para a discussão deste assunto.

A preparação deste Congresso em cada Instituição de Ensino Superior brasileiro é fundamental para sua força e representatividade, sem as quais não há sentido em se criar uma entidade nacional, que seria apenas uma sigla a mais. A participação de todos os professores na discussão do caráter desta entidade e na eleição de seus delegados representantes é vista, pela Coordenação Nacional, como condição essencial para o avanço de nossas lutas. A participação no Congresso é aberta a qualquer docente eleito em Assembléia Geral, convocada, especialmente, para tal fim, pelas Associações de Docentes. As escolas que ainda não têm sua AD terão direito à representação, devendo entrar em contato com as entidades ou representantes regionais, na Coordenação Nacional. O avanço e unificação do movimento depende da preparação e participação dos docentes. Todos pelo Congresso.(Boletim Nacional das ADs, nº 3.)

Poucos dias antes da realização deste Congresso Nacional, ora chamado de Congresso Nacional de Docentes Universitários, convocado especialmente para a criação de uma entidade nacional que definisse as lutas prioritárias do movimento docente de 1981 e que fosse representativo dos professores universitários - é convocado

o III ENAD. Este realiza-se em Campinas, São Paulo, nos dias 15 a 17 de fevereiro de 1981, portanto, às vésperas do Congresso Nacional dos Docentes Universitários. Este III ENAD tem a participação de 61 ADs, que discutem as mesmas propostas até então defendidas pelo movimento dos docentes.⁸

A Criação da ANDES

Com base no Livro de Atas,⁹ da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, de 17 a 20 de fevereiro de 1981, inicia-se o mais esperado Congresso Nacional de Docentes Universitários, no Teatro do Centro de Convivência Cultural de Campinas, às 20 horas.

Participaram deste Congresso 67 ADs, 317 delegados inscritos, 287 delegados credenciados e uma Comissão Pró-AD. Das 67 ADs que participaram da criação da ANDES, algumas não são mais filiadas ao Sindicato¹⁰. Por outro lado, em 1996, as ADs filiadas à ANDES, totalizam 93, o que vale dizer, é um número considerável. É importante salientar também que esses números devem ser atualizados com frequência, porque a criação de ADs nas universidades é parte do processo dinâmico do movimento docente, em que o número e os nomes das ADs sofrem modificações, com o passar do tempo.

Dentre os professores das ADs que participaram do Congresso de criação da ANDES destacam-se alguns que são hoje bastante conhecidos, em especial do movimento docente tais como o do atual Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, representante da ADUNICAMP, o do político Aloysio Mercadante Oliva, representante da APROPUC/SP.

Oswaldo de Oliveira Maciel, professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina e primeiro presidente da ANDES (Diretoria Provisória), assim descreve o histórico momento da criação da Associação Nacional:

⁸ Boletim Nacional das ADs nº 3.

⁹ Ata da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior nºs 1 e 2, 1981.

¹⁰ Informes da ANDES SN, 1996.

Os 287 delegados credenciados ao histórico Congresso de Campinas tomam a decisão, ... no dia 19 de fevereiro de 1981. O momento é empolgante, o plenário agitado, em pé, saudando o nascimento da ANDES. É um instante de emoções... . O clima era adequado para marcar a criação de uma entidade nascida da luta concreta dos professores contra a legislação e as políticas anti-sociais do Estado autoritário.(Revista Universidade e Sociedade, nº 1)

Assim, os professores presentes ao I Congresso Nacional dos Docentes Universitários realizado em Campinas/SP, decidem pela criação de sua entidade nacional, por 221 votos.

Deliberaram e resolveram, por duzentos e vinte e um votos a favor, seis contra e nenhuma abstenção, criar uma entidade de âmbito nacional denominada Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES. Em seguida o Congresso elegeu por maioria simples uma Comissão Diretora da referida Associação.....

No entanto, no que se refere à data de criação da Associação Nacional, a página 5A da mesma Ata, deixa algumas interrogações quanto ao dia de criação da Associação Nacional. Após a composição da Comissão Diretora, encontramos a seguinte explicação:

proposto ao Congresso a aprovação dos seguintes Estatutos Provisórios: Título I - Denominação, Caráter, Fins, Sede e Foro. Capítulo I - Da Denominação e dos Fins. Art. 1º - A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - (ANDES), criada pelo I Congresso Nacional de Docentes Universitários, no dia 20 (vinte) de fevereiro de 1981, em Campinas, Estado de São Paulo.....

Com relação a essa questão, o entendimento que se tinha era de que a deliberação pela criação da ANDES ocorreu no dia 19 de fevereiro e a sua criação de fato, no dia 20. O retorno de um e-mail, encaminhado para a Secretaria do Sindicato, no dia 19 de março de 1998, para se compreender e se definir essa situação, foi o seguinte:

- A ATA de fundação da ANDES tem a data de 19/02/81 por que registra a instalação da Seção e a aprovação da criação da Entidade ANDES (Associação dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) nesse dia.
- Ocorre, no entanto, que na descrição do fato de criação é citada uma proposta que descreve o Art. 1º com a criação da ANDES em 20/02/81.
- Essa citação leva a um engano, possivelmente produzido pela indicação da diretoria provisória, no dia 20/02/81.
- Tal confusão obscurece a real leitura do documento – mesmo citado o dia 20/02/81, este foi como proposta (por erro ou por intenção), porém a aprovação se dá no dia 19/02/81, que é o registro oficial daquele momento.
- Finalmente o legislador dá prova dessa intenção, dirimindo todas as dúvidas, no momento que fez o registro em cartório, quando cita a data de 19/01/81, sem qualquer vacilação.
- Por isso não temos dúvida de que em 19 de fevereiro de 1998, comemoramos 17 anos de fundação da ANDES, hoje Sindicato Nacional, que irá comemorar 10 anos em 26/11/98.

Segundo essas informações, portanto, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES - é criada no dia 19 de fevereiro de 1981, pelos professores presentes ao I Congresso Nacional de Docentes Universitários, que contou com a presença de pessoas ilustres que compuseram a mesa. Dentre elas destacamos a do sindicalista Luiz Ignácio Lula da Silva; a do professor Ernest Hamburger, pela SBPC; a do advogado Carlos Cruz, pela OAB; a do professor Guilherme Tell R.F. Gomes, presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais; a de Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros, pelo Movimento Sindical de Campinas, São Paulo.

A ANDES foi criada tendo por finalidade uma ampla representatividade dos docentes das Instituições de Ensino Superior que, além de congregá-los e encaminhar todas as suas reivindicações e lutas, tem por finalidade convergir o movimento docente rumo às questões mais gerais, pertinentes à sociedade brasileira.

A citação abaixo aponta a finalidade da criação da ANDES em 1981.

Congregar e representar os professores das IES brasileiras, expressar as reivindicações e lutas desses professores, no âmbito econômico, social, cultural e político, incentivar a criação de novas ADs, preservar os interesses regionais e setoriais da categoria, e coordenar e fazer convergir o MD na direção das iniciativas de alcance nacional.

No que se refere à função básica da ANDES, o respeito à autonomia das ADs e a participação junto a outros movimentos sociais organizados, são questões fundamentais para fortalecer a luta pela democracia brasileira.

Respeitar a autonomia das ADs e buscar a integração com as entidades representativas de professores, trabalhadores e demais setores sociais, na luta pela democracia e pelos interesses da sociedade brasileira, devendo ficar provisoriamente sediada em Florianópolis, Santa Catarina, até a realização do seu I Congresso.

A estrutura provisória da ANDES

Uma vez criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior¹¹, passou-se à elaboração do seu Estatuto, em que constam a sua finalidade e a sua estrutura organizacional.

É aprovada a seguinte estrutura provisória para a ANDES:

- O Congresso Nacional, que será

realizado ordinariamente uma vez por ano, formado por delegados eleitos pelos docentes filiados às ADs ou Comissões Pró-ADs, em votação ou Assembléia Geral especialmente convocadas para esse fim, obedecendo a proporcionalidade adotada para a realização do I Congresso Nacional de Docentes Universitários

Deve também “deliberar sobre o estatuto definitivo da Entidade e convocar eleições diretas para a próxima Diretoria”.

¹¹ Todas as informações quanto à criação da ANDES e seu Estatuto Provisório, constam na Ata nº 1 de Fundação da ANDES e Ata nº 2 de Reunião de Eleição da 1ª Diretoria da ANDES, (1981).

- O Conselho Nacional de ADs – CONAD - que será

Constituído por um representante de cada AD, eleito em Assembléia Geral. As Comissões Pró-AD's participarão do CONAD com direito a voz. As atribuições do CONAD são: fiscalizar o cumprimento das deliberações do Congresso, deliberar subordinado às decisões do Congresso e funcionar como Conselho Fiscal da Entidade. O CONAD reunir-se-á ordinariamente a cada seis meses e extraordinariamente quando convocado pela Diretoria ou por 1/4 dos seus membros.

- A Diretoria, que terá a seguinte composição: “1 presidente, 2 vice-presidentes, 1 secretário geral, 2 secretários, 2 tesoureiros e 9 vice-presidentes regionais”, quais sejam: Norte (Pará, Amazonas e Acre), Nordeste I (Bahia, Alagoas e Sergipe), Nordeste II (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), Nordeste III (Maranhão, Piauí e Ceará), Leste (Minas Gerais e Espírito Santo), Centro Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal), Rio, São Paulo, e Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). “A duração do mandato da diretoria será de dois anos. A estruturação da diretoria provisória também será a mesma, com exceção do tempo que será de dois meses, após a realização do 1º Congresso da ANDES”.

Quanto às atribuições da Diretoria Provisória da ANDES, as mesmas ficaram assim definidas:

Dirigir o MD e encaminhar as lutas aprovadas pelo Congresso, fortalecer e estimular a criação de novas ADs, convocar ordinária ou extraordinariamente o CONAD, constituir Comissões para encaminhar tarefas específicas, convocar, se necessário, reuniões de ADs para encaminhamento das decisões do CONAD, e das Vice-Presidências Regionais.

Com relação às atribuições da 1ª Diretoria, as mesmas ficaram assim definidas:

Preparar e divulgar para a mais ampla discussão entre os docentes das IES um ante-projeto de estatuto da ANDES, preparar o 2º

Congresso Nacional de Docentes Universitários, preparar eleições diretas para a diretoria da ANDES, elaborar estatuto provisório para efeitos de registro da entidade como sociedade civil.

As atribuições do I Congresso da ANDES ficaram assim definidas: *“deliberar sobre o Estatuto definitivo da ANDES e convocar eleições diretas para a sua diretoria”*.

No que diz respeito às lutas gerais, constatou-se, pelos documentos, que três grandes questões foram definidas: Participação na Campanha Nacional pela Democratização do País, Campanha Nacional pela Defesa e Ampliação do Ensino Público e Gratuito e destinação de 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais e municipais, para a educação.

Já no elenco das lutas específicas apenas quatro foram possíveis de ser aprovadas: luta pela democratização da universidade; eleição dos dirigentes das IES pela comunidade universitária; luta contra as demissões sumárias de docentes e luta pela readmissão de todos os professores.

A ANDES, Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, portanto, foi criada em 1981 pela necessidade que tinham os professores que atuam nas ADs, de uma entidade que os representasse nacionalmente. Portanto, foi um processo diferente daqueles que ocorrem em alguns sindicatos, em que primeiro surge a representação nacional para depois haver a construção das bases. No caso da ANDES, foram as bases do movimento docente quem criou sua mais importante representação sindical, daí, a necessidade de organizar e fortalecer as ADs existentes e ampliá-las em outras universidades. Essa necessidade era premente, pois já era tempo de aglutinar as reivindicações das ADs e continuar a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Com a criação da ANDES a Diretoria Provisória ficou assim definida: Presidente-Oswaldo de Oliveira Maciel; 1º Vice-Presidente- Agamenom de Almeida; 2º Vice-Presidente- Laurindo Leal Filho; Secretário Geral-Luiz Pinguelli Rosa; 1º Secretário- Newton Lima Neto; 2º Secretário-Flávio Valente; 1º Tesoureiro- Mindé Menezes; 2º Tesoureiro-Francisco Alves; Vice-Presidente da Regional Sul- Sérgio Pires; Vice-Presidente da Regional SP- Carlos Eduardo Malhado Baldijão; Vice-

Presidente da Regional RJ- João Ferreira Filho; Vice-Presidente da Regional Leste- Renato Ortiz; Vice-Presidente da Regional Centro-Oeste- Marco Antonio Leite; Vice-Presidente da Regional Nordeste 1 (BA,AL,SE)- Amundson Portella de Holanda Cavalcanti; Vice-Presidente da Regional Nordeste 2 (PB,PE,RN)- Rubens Lira; Vice-presidente da Regional Nordeste 3 (MA,PI,CE)- Arlindo Raposo; Vice-Presidente da Regional Norte (PA, AM,AC)- Carlos Tomaz.

De acordo com a documentação pesquisada, esses são os dados reais da criação da ANDES. No entanto, por meio do depoimento de um de seus fundadores, o professor Ivan Miguel Costa, da Universidade Federal de Uberlândia e que participou de toda essa mobilização, forneceu informes importantes que revelam o que ocorria, de fato, durante este processo de criação da Associação Nacional e da composição de nomes para a diretoria provisória.

Quando da preparação para a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, através dos ENAD's e encontros informais na SBPC e outros, já havia concepções político-ideológicas bem diferenciadas dentro do movimento. Isto sempre foi escamoteado nas discussões e desaparece nos documentos oficiais das entidades. Foi criado e reforçado o mito de um movimento puro, representativo das bases e sem nenhuma vinculação ideológica ou político-partidária. Quem conhece por dentro o movimento sindical brasileiro sabe que isto não é verdade. A criação da ANDES uniu, num primeiro momento, professores que traziam história prévia de militância político-sindical, ideologia de esquerda e vinculação partidária claramente definidas; professores engajados no levante da sociedade civil contra a ditadura militar, que conheciam bem a necessidade de organização e de unidade e professores de ideal acadêmico, apenas fascinados com o arejamento e o clima de liberdade que estava nascendo. O primeiro grupo tinha experiência maior, estratégia clara da necessidade de se evoluir para o Sindicato Nacional e a garra da militância. Foi o grupo que mais trabalhou no início do processo para viabilizar a entidade nacional, liderado por Newton Lima Neto, na época, da Universidade Federal de São Carlos, que foi o Secretário Geral da Coordenação Nacional de AD's e responsável

pela correspondência e estratégias de mobilização. Pelo trabalho tornou-se candidato natural à 1º Presidente da ANDES.

Quando a ANDES foi criada, no entanto, outros embates e questionamentos de representatividade foram colocados. Os principais: a questão regional, resolvida com a criação das secretarias regionais, a questão setorial (na época as AD's eram fortes nas universidades federais autárquicas, que tinham um salário muito defasado e estavam em campanha salarial. A mobilização era frágil nas fundações federais onde os professores tinham salário diferenciado mas nenhuma estabilidade. As universidades particulares mais mobilizadas já tinham tradição de luta por meio dos SINPRO's e viviam o problema de dupla representação. As estaduais negociavam com governos estaduais deferentes, pautas de reivindicações bem diferenciadas o que levava à luta isolada. A base da ANDES eram as universidades federais autárquicas) e a questão da representatividade acadêmica dos líderes do movimento nacional para facilitar a penetração em setores resistentes à concepção sindical. Além do mais, no grupo sindical já havia a mesma divisão ideológica que sempre atravessou o movimento sindical brasileiro, que pode ser resumido em concepções PT x concepções PC.

Quando Luiz Pinguelli Rosa, de grande prestígio acadêmico e militante na SBPC contra a ditadura militar, apoiado por facções sindicais resolve bater chapa, Newton Lima Neto, que era de uma fundação federal, não sai candidato e apoia Osvaldo de Oliveira Maciel, que vem de uma boa gestão como presidente de AD, tem prestígio institucional na Universidade de Santa Catarina e prestígio acadêmico.

Vencendo Maciel, Luiz Pinguelli vai para a Secretaria Geral da 1ª gestão e, para se evitar qualquer divisão, o grupo sindical prestigia Luiz Pinguelli e o apóia para Presidente na Segunda Gestão.

Newton Lima Neto seria naturalmente o 3º Presidente da ANDES, mas, foi novamente impedido, desta vez, por trabalhos acadêmicos. O movimento só o fez justiça, pelo trabalho realizado, na quarta gestão da ANDES, em que chegou a Presidente competindo com Paulo Rosas de Pernambuco (Chapa: em defesa

da Universidade), quando a ANDES, já consolidada, apresentava para escolha direta duas concepções sindicais diferenciadas". (Entrevista - Uberlândia/MG, 1999).

Assim, podemos constatar que, a exemplo do movimento sindical de outras categorias de trabalhadores, também o movimento docente tinha concepções sindicais diferenciadas quanto às formas de conduzir a luta da categoria docente do ensino superior e que a disputa pela diretoria da associação era muito grande, fazendo com que, muitas vezes, grandes lideranças sindicais ficassem prejudicadas. Por outro lado, essas concepções sindicais que permeiam até hoje o movimento docente, podem possibilitar maiores discussões, análises e enriquecimento das questões propostas, quando seus representantes conseguem, em ações políticas, aglutinar todas as forças do movimento num trabalho coletivo, respeitando as diferenças existentes e, conseqüentemente, respeitando e preservando sua democracia interna.

A criação da ANDES, portanto, ocorre num momento histórico em que os professores universitários lutam contra o modelo ditatorial imposto no Brasil a partir de 64, modelo este de desrespeito, intolerância e violência contra os trabalhadores e a população em geral, fundamentando sua ação em princípios defendidos pela classe trabalhadora assalariada, de um sindicalismo enraizado em sua categoria, com organização de base e com lutas voltadas ao social.

Assim, a partir de fevereiro de 1981, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior tinha como tarefa fundamental estruturar-se enquanto entidade representativa de uma categoria de trabalhadores, a dos professores universitários e, ao mesmo tempo, reorganizar o conjunto dos docentes, para fazer do movimento docente, um movimento forte. Para tanto, era necessário unificar as principais reivindicações dos professores nas ADs, que consistiam em um novo plano de carreira, reajuste salarial semestral, revogação do Decreto Lei nº 6733/79 que impedia a escolha dos dirigentes universitários pela comunidade acadêmica, a defesa da escola pública, ao mesmo tempo em que deveria traçar suas diretrizes no sentido de fazer avançar o movimento docente como um todo. Além dessa tarefa, estava implícito que fazer avançar o movimento

docente significava, primeiramente, unificá-lo e fortalecê-lo e, para fortalecê-lo, havia a necessidade de se propor novas formas de mobilização, no sentido de sensibilizar outros professores para a importância da criação de novas ADs, em outras universidades espalhadas pelo país.

Assim, ainda estavam latentes as reivindicações dos professores das ADs que deveriam, naquele momento, ser unificadas em uma associação nacional, a ANDES, criada no dia 19 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas, São Paulo. Com a Constituição Federal de 1988, esta passa a receber a denominação de Sindicato Nacional, ANDES-SN, continuando suas atividades até os dias de hoje, pois que, de fato, para os docentes universitários, ela sempre atuou como um Sindicato Nacional.

BIBLIOGRAFIA

BOITO Jr., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Unicamp, 1991.

COELHO, Pedro R. *Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente*. Santa Maria: SEDUFMS/ANDES SN, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Sindical Entre o Conformismo e a Crítica*. Coleção Educação Popular. nº 6. S.Paulo: Loyola, 1986.

SADER, Éder e SANDRONI, Paulo. *Lutas Operárias e Táticas da Burguesia: 1978/1980. Caderno*

PUC - Economia. São Paulo: EDUC e Cortez, 1981.

Ata da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior nº 1 - Fundação da ANDES -1981.

Ata da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior nº 2 - Eleição da Diretoria da ANDES - 1981.

Boletim Nacional das ADs n° 3 -(1979-1980).

Boletim Nacional das ADs - 1980.

Boletim Nacional das ADs - Reunião Extraordinária - (1979-1980).

Boletim Nacional das ADs - Passos do Movimento - (1978-1980).

Revista ANDES n° 1 - (1978-1980).